PREFÁCIO AO PODER GLOBAL*

José Luís da Costa Fiori**

Este trabalho, dividido em três seções, tem por objetivo apresentar uma sistematização de questões-chave para o estudo das transformações mundiais desde a segunda metade do século XX, bem como para a análise da conjuntura internacional contemporânea, com o objetivo de tentar identificar suas tendências de longo prazo. Na introdução, apresenta-se o debate sobre a formação dos Estados e das economias nacionais europeias, apontando algumas de suas implicações sobre as relações entre poder, dinheiro e acumulação capitalista. Na seção 2, explicita-se o debate sobre a internacionalização do poder e do capital e o funcionamento do "sistema mundial", apresentando em linhas gerais as três grandes escolas de pensamento da economia política: a teoria do imperialismo, a teoria da "hegemonia mundial" e a teoria do world-system. Nas conclusões, discute-se a dimensão prospectiva de tais premissas teóricas.

PREFACE TO GLOBAL POWER

This paper, divided into three sections, aims to present a systematization of key issues for the study of global changes since the second half of the twentieth century, as well as for the analysis of the current international scenario, with a view to trying to identify long-term trends. In the introduction, the debate on the formation of States and European national economies is presented, and some of its implications on the relations between power, money and capital accumulation are pointed out. In section 2, the debate on the internationalization of capital and power and operation of the "world system" is presented, outlining the three major schools of thought in political economy: the theory of imperialism, the theory of "world hegemony" and the theory of "world system". In the conclusion, the prospective dimension of such theoretical assumptions is discussed.

1 POWER, SURPLUS AND MONEY

A análise da conjuntura internacional contemporânea e o estudo das transformações mundiais da segunda metade do século XX nos levaram a uma longa viagem no tempo, até as origens do "sistema mundial moderno",¹ com o objetivo de compreender suas tendências de longo prazo. Partimos das "guerras de conquista" (CONTAMINE, 1992) e da "revolução comercial" (PIRENNE, 1982; LOPEZ, 1976; SPUFFORD, 2002; LE GOFF, 2004) que ocorrem na Europa nos séculos XII e XIII para chegar

^{*} Este texto foi escrito em julho de 2007, durante um pós-doutoramento na Faculdade de Economia e Política da Universidade de Cambridge, Inglaterra. Foi publicado pela primeira vez como prefácio do livro *O poder global e a nova geopolítica das nações*, editado pela Boitempo em 2008.

^{**} Professor titular e coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

^{1.} Essa expressão ficou clássica com a obra de Wallerstein (1974). Nesta introdução, entretanto, ela é utilizada para referir-se apenas ao período cronológico de que fala Wallerstein, entre os séculos XVI e XXI, sem ter as mesmas conotações teóricas do autor.

à "transição para o capitalismo", de Marx (1995), e ao "longo século XVI" (1450-1650), de Braudel (1987a), Wallerstein (1974) e Arrighi (1994), quando se formam os Estados e as economias nacionais e se inicia a vitoriosa expansão mundial dos europeus (ABERNETHY, 2000; FERRO, 1994). Como é sabido, na Europa – ao contrário dos impérios asiáticos -, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI (ELIAS, 1994). Mas essas desintegração política e atrofia econômica se reverteram nos séculos XII e XIII (ABU-LUGHOD, 1993), quando começaram os processos de centralização do poder territorial e de mercantilização da economia (BRAUDEL, 1996a), que culminaram com a formação dos "Estados-economias nacionais" (FIORI, 2004) europeus.² Essa "pré-história" do "sistema mundial moderno" oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre o poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do "milagre europeu". O estudo dessa "pré-história", entretanto, nos levou a algumas conclusões que diferem – às vezes – dos autores pelos quais partimos.

1.1

Em sua história da formação da "economia-mundo europeia", Braudel (1996a, p. 403) estabelece uma distinção fundamental entre os conceitos de "economia de mercado" e os de "capitalismo".3 Mais do que isso, ele defende a tese de que o capitalismo é o "antimercado", porque o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos "normais" e o capitalismo, o lugar da acumulação dos "grandes lucros" e dos "grandes predadores". 4 Mas, apesar disso, em sua história da "economiamundo mediterrânea", Braudel (1996b) privilegia a evolução das trocas individuais e dos mercados e transmite a ideia de uma transição gradual - no "jogo das trocas" – para o mundo das "altas engrenagens" do capital e do capitalismo. Marx (1995, p. 103/638), por sua vez, ao falar da "acumulação primitiva", salienta a importância do "poder do Estado e da força concentrada e organizada da sociedade para acelerar o processo de transformação do regime feudal de produção no regime capitalista". Mas, ao mesmo tempo, ele afirma que a "biografia moderna do capital começa com o comércio e o mercado mundiais" (MARX, 1995, p. 105). E isso se explica porque, de fato, a "violência do poder" aparece em seu raciocínio como uma condição histórica, e não como uma dimensão teórica relevante da sua teoria do capital. E, até mesmo em sua teoria do modo de produção capitalista, não existe espaço relevante para os conceitos de território, de nação e de competição e luta interestatal. Por isso, é tão difícil

^{2.} Longo processo secular que avançou na Europa a despeito da Peste Negra e da "epidemia da fome" que dizimaram quase metade da população europeia no século XIV.

^{3.} Ver também Braudel (1987b, capítulo 2).

^{4. &}quot;O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado." Ver Braudel (1987b, p. 55).

de se compatibilizar a visão histórica de Marx (1995) sobre a "origem" e a "acumulação primitiva" do capital com sua dedução teórica do valor e das leis da acumulação capitalista. Como é difícil de transitar, diretamente, da história do "jogo das trocas", de Braudel (1996a), para sua teoria dos "grandes lucros" e dos "grandes predadores" capitalistas, sem a mediação do poder e das guerras que tem pouco destaque em sua história do nascimento europeu do capitalismo.

De nosso ponto de vista, entretanto, não há como se explicar ou se deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza, a partir do "mercado mundial" ou do "jogo das trocas". Mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar - como pensava Smith (2006) -, isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum "fator intrínseco" à troca e ao mercado que explique a decisão de acumular e a universalização dos próprios mercados. Pelo contrário, o comércio sempre existiu, em todos os tempos, mas, durante a maior parte da história, sua tendência natural foi manter-se no nível das necessidades imediatas ou da "circulação simples" e só se expandir de forma muito lenta e secular. Até mesmo depois da "remonetização" da economia europeia – a partir do século XII -, o comércio permaneceu, por longos períodos, restrito a territórios pequenos e isolados.⁵ Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do "jogo das trocas" ou do próprio mercado, nem, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, 6 do impulso gerado pela "acumulação do poder", até mesmo no caso das grandes "repúblicas mercantis" italianas,7 como Veneza (LANE, 1973) e Gênova (EPSTEIN, 2000).

^{5. &}quot;O camponês, ao seguir seus hábitos imemoriais, dificilmente teria consciência de estar agindo segundo uma motivação 'econômica'; na verdade, não estava; seguia as ordens do senhor feudal ou os ditames do costume. Nem mesmo o senhor estava economicamente orientado. Seus interesses eram militares, políticos ou religiosos, e não diretamente orientados para a ideia de lucro e de expansão. Até mesmo nas cidades, a conduta habitual dos homens de negócios estava inextricavelmente mesclada com outros propósitos não econômicos (...) ganhar dinheiro era uma preocupação antes periférica do que central na existência medieval ou antiga." Ver Heilbroner (1979, p. 80).

^{6.} Essa "precedência lógica" do "poder" sobre a produção e a distribuição da riqueza é óbvia no período que vai do século XI ao XVII. Mas ela se mantém até mesmo depois da formação do modo de produção capitalista e da consolidação do processo de concentração e centralização privada do capital. Crescem a autonomia dos mercados e o papel da competição intercapitalista, mas aumenta cada vez mais o papel do poder político na expansão vitoriosa e internacionalizante dos capitais nacionais, na administração das grandes crises financeiras, na ponta da inovação tecnológica e na contínua e silenciosa função do crédito e do gasto público indispensáveis à expansão agregada das economias nacionais.

^{7. &}quot;De acordo com George Friedrich Knapp, foi o sucesso militar veneziano entre os séculos XIII e XV que permitiu a ascensão de sua moeda de conta nas relações dos europeus com o Oriente. E, assim como sucedeu depois da Conquista de Constantinopla em 1204, a passagem dos séculos seguintes assistiu a desdobramentos semelhantes: da conquista militar à dominação mercantil e, por conseguinte, à transformação de sua moeda em moeda de referência no circuito comercial do Mediterrâneo." Ver Metri (2007, p. 179).

1.2

O poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acumula o poder.⁸ Desse ponto de vista, a conquista é um movimento de expansão de um "poder soberano" (*P1*) que acumula mais poder (>*P*), sobretudo por meio da guerra contra outros poderes soberanos (*P2*). Em um mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria necessidade de conquistá-lo, porque simplesmente não existiria a própria relação de poder político, que é sempre desigual e, na sua forma mais elementar, um conflito de soma zero. Por isso, toda relação de poder exerce uma "pressão competitiva" sobre si. Em primeiro lugar, pelo lado dos súditos (*S*), que resistem ao arbítrio do príncipe ou soberano (*P*) e tentam expandir sua margem de manobra e de resistência. E, em segundo lugar, pelo lado dos demais poderes soberanos (*P2*, *P3* etc.), que resistem à expansão do poder de *P1*, ambicionando expandir seu poder. Nesse sentido, a "pressão competitiva" do poder é sempre uma pressão sistêmica, porque todos os "poderes soberanos" (*P1*, *P2*, *P3* etc.) precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem.

Como a guerra e a preparação para esta são o instrumento em última instância de conquista e acumulação do poder, e também de defesa e preservação deste, 10 tendem a se transformar em atividades "crônicas" nesse sistema. Como dizia Maquiavel (1983): "a preparação permanente para a guerra deve ser a atividade principal de todos os príncipes, porque, no 'jogo das guerras', não existe espaço para poderes 'apáticos', só existem os poderes que conquistam e os que se defendem". 11 Ou seja, no universo dos poderes soberanos que se formaram na Europa, a acumulação do poder foi sempre uma necessidade inevitável, permanente e absoluta. Por isso, ao estudar as guerras europeias do século XIII, Elias (1994, p. 94) concluiu que, naquele mundo, "quem não sobe, cai" e, portanto, a expansão do poder era uma condição necessária e indispensável da sua própria manutenção, por meio do "domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência". Nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, se propondo em última instância à conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem seus recursos e suas possibilidades e, independentemente de quem os controle, em distintos momentos de sua expansão.

^{8. &}quot;O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem o fazer serão sempre louvados, e não censurados." Ver Maquiavel (1983, p. 14).

^{9. &}quot;Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto, na noção de tempo devem ser levadas em conta tanto a natureza da guerra quanto a natureza do clima." (HOBBES, 1983, p. 75).

^{10. &}quot;Os outros que, do contrário, se contentariam em se manter tranquilamente em modestos limites, seriam incapazes de subsistir durante muito tempo se não aumentassem seu poder por meio de invasões e se limitassem apenas a uma atitude de defesa." (HOBBES, 1983, p. 75).

^{11. &}quot;Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, porque esta é a única arte que se espera de quem comanda." Ver Maquiavel (1983, p. 59).

1.3

Antes e durante uma boa parte do "longo século XIII", 12 a acumulação do poder dos príncipes ou soberanos se calculava pela quantidade do território (T) e da população camponesa e urbana (C + U) incluída em seu domínio: (>P = >T+>{C+U}). E se media pela capacidade desse poder soberano de definir a quantidade e a frequência do pagamento dos tributos (I) e das rendas e dos serviços (R) por parte dessa população. 13 Essa capacidade de tributar era essencial, porque era ele que "financiava" a reprodução do próprio poder, por meio da contratação dos exércitos mercenários e da mobilização militar dos servos, camponeses e citadinos. Naquele momento da história, a base material do poder e a riqueza dos soberanos podiam ser expressas de forma análoga: $P = R = (\{I + R\}/(T + \{C + U\}))$. E a acumulação de poder de P1 se dava por meio da conquista de mais T, C e U, subtraídos a P2, P3 etc., e pelo aumento da sua capacidade de criar novos tributos e impor a exigência da prestação de novos serviços. O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e sua população. Ao definir como tal seria pago pela população, o soberano também estabelecia – autoritariamente – a forma mais elementar de distinção entre o "trabalho necessário" e o "trabalho excedente", ao obrigar a separação da parte da produção que lhe seria entregue da que seria consumida na reprodução da força de trabalho da população.

Nesse ponto, Petty (1996) – pai da economia política clássica – inverteu a ordem dos fatores. Segundo ele, os tributos foram criados porque existia um excedente de produção disponível, ¹⁴ quando, na verdade, os tributos foram criados porque existia um soberano com poder de os proclamar e os impor a uma determinada população, independentemente da produção e da produtividade do trabalho no momento da proclamação do imposto. Ou seja, do ponto de vista lógico, foi só depois da proclamação dos tributos que a população foi obrigada a separar uma parte de sua produção para entregá-la ao soberano. E esta se tornou, a partir daí, um excedente obrigatório de produção a ser transferido periodicamente para as mãos do "poder tributador", independentemente do nível alcançado

^{12.} Expressão utilizada por Spufford (1989), em explícita analogia com o "longo século XVI" de Braudel (1996b).

^{13.} No caso das "repúblicas marítimas" italianas, sua acumulação de "poder naval" se fez por meio da conquista e da expansão do controle do monopólio de "territórios marítimos" cada vez mais amplos, que incluíam as rotas marítimas e os portos sobre os quais cobravam tributos. Além disso, operavam seus negócios, pelo menos até o século XIII, com as moedas, as dívidas e os créditos — e a "credibilidade" — dos grandes poderes territoriais de Bizâncio e do Egito, sobretudo no caso de Veneza e Gênova. E, com os dízimos e as dívidas da Igreja Católica, sobretudo no caso de Florença. A não acumulação de poder na forma de território e população pode ser uma das causas do porquê de a concentração do poder e de riqueza, no caso dessas repúblicas, não levar à formação de Estados e economias nacionais.

^{14. &}quot;A partir disso, a tributação é possível na medida em que o sistema de produção na sociedade política gera um excedente — especialmente bens necessários ao consumo deduzidos das necessidades de consumo — trabalho — em sua produção. A noção fundamental presente na discussão de Petty sobre tributação pública é que impostos e gastos públicos constituem a coleta e a redistribuição de um produto excedente a serviço de fins políticos." Ver Aspromourgos (1996, p. 24).

pela produção e pela produtividade da terra e do trabalho. Dessa forma, o valor do tributo em moeda – que foi definido pelo poder soberano – se transformou no primeiro preço do "trabalho excedente" e também, por subtração, do "trabalho necessário". Assim, sem ferir a lógica, pode-se afirmar que este valor se tornou a unidade de valor elementar do primeiro sistema de preços na "comunidade de pagamentos", unificada pelos tributos e pela moeda do soberano.

Da mesma forma, a "monetização" dos tributos representou uma mudança radical no processo de acumulação do poder e também nas relações entre o poder e o mundo da produção e das trocas. O crescimento dos tributos, exigido pelo aumento das guerras e das conquistas, estimulou o aumento da produção, da produtividade e do excedente do trabalho e da terra. ¹⁵ E o pagamento dos tributos em dinheiro estimulou a troca desse excedente ampliado nos mercados em que o "contribuinte" podia acumular os créditos necessários para o pagamento das suas dívidas na moeda soberana. Dessa maneira, criou-se um círculo vicioso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados. A multiplicação das guerras e o crescimento dos exércitos (MCNEILL, 1982), mais os custos com a administração dos novos territórios conquistados, forçaram a "monetização" dos tributos, das rendas e dos dízimos, que passaram a ser pagos em dinheiro, na moeda emitida pelo poder soberano. 16 E este poder passou a ser definido por sua quantidade de território e população e sua riqueza em dinheiro, acumulada sobretudo por meio da cobrança dos tributos e das conquistas de guerra. A partir daquele momento, o mesmo poder que definia o valor dos tributos, das rendas e dos serviços compulsórios também definia o valor da única moeda que ele aceitava como forma de pagamento dos tributos e serviços que lhe eram devidos.¹⁷

1.4

A introdução da moeda no mundo do poder e da troca transformou a Europa em um imenso "mosaico monetário" (METRI, 2007), na medida em que todos os soberanos foram "monetizando" progressivamente seus próprios tributos e, como consequência, também seus créditos e dívidas internas de longo prazo (INNES, 1913, 1914). Dessa forma, surgiram infinitas moedas pela Europa, cada uma válida em seu "território de tributação", que se tornou, ao mesmo tempo, uma "comunidade de pagamentos", do ponto de vista dos mercados. Nestes, sempre existiram

^{15.} Argumento fundamental de Petty – em sua *Aritmética política*, publicada em 1690 – sobre a relação entre o poder e a riqueza e a possibilidade de a Inglaterra superar o poder da França – apesar de sua inferioridade em território e população – por meio do aumento de sua produtividade econômica e de sua capacidade de tributação.

^{16. &}quot;Em uma localidade após outra, podemos acompanhar a conversão dos antigos pagamentos feudais em espécie (os dias de trabalho ou a quantidade de aves ou ovos que o senhor recebia de seus arrendatários) em pagamento de tributos e arrendamentos em dinheiro, com que cumpriam as obrigações para com o senhor." Ver Heilbroner (1979, p. 77). 17. Tese central da "teoria estatal da moeda" de Knapp (2003).

moedas privadas, mas a "moeda estatal" – ou moeda autorizada pelos soberanos – manteve sua primazia hierárquica com relação a todas as demais, porque só ela era aceita nos "guichês do príncipe". 18 Agora bem, foi nas operações de cancelamento das dívidas e dos créditos dos soberanos e na arbitragem do "câmbio", entre as infinitas moedas do "mosaico monetário europeu", que surgiram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro. Os primeiros bancos europeus nasceram dessas funções e começaram a internacionalizar suas operações e a multiplicar sua riqueza mobiliária ou "financeira" à sombra do poder. 19 As próprias guerras de conquista enfrentaram o problema do "câmbio" e da "equivalência" entre as moedas dos territórios e das populações envolvidas no conflito e nas transações comerciais indispensáveis à sustentação das tropas. E, depois do fim de cada guerra e da conquista de novos territórios, colocou-se uma vez mais o problema da imposição da "moeda vitoriosa" sobre a "moeda derrotada", porque só a primeira era aceita no pagamento dos tributos e das obrigações impostas pelo poder vitorioso à população dos territórios conquistados por meio da guerra.

Por sua vez, o comércio também se expandiu, durante as guerras e depois delas, por meio dos caminhos pacificados e das posições monopólicas obtidas nos territórios conquistados ou submetidos. Foi assim que se expandiram as redes da "economia de mercado" durante o "longo século XIII" na Europa, dando origem às "letras de câmbio", que se transformaram em novos instrumentos de multiplicação financeira da riqueza privada. Mas a expansão também ocorreu para fora da Europa, dando origem ao chamado comércio "de larga distância" com o Oriente Médio, o Egito e a Ásia. Nesse período, Veneza e Gênova ocuparam um papel central nos vários circuitos mercantis que conectavam a Europa com todo o Mediterrâneo e a Ásia (ABU-LUGHOD, 1993). As duas cidades-Estado operavam como "grandes feiras de compensação" e ponta de lança de um comércio feito em boa medida na forma de escambo, mas que utilizava como referência, em última instância, as moedas dos grandes impérios territoriais, como Bizâncio, Egito e China²⁰ e, mais tarde, o Império Otomano (INALCIK, 1994). Veneza e Gênova só foram cunhar suas próprias moedas mais tarde;²¹ e esta última cidade só realizou isso logo depois de perder sua posição privilegiada junto ao poder imperial de Bizâncio.

^{18.} Ideia básica da "teoria estatal da moeda" de Knapp (2003).

^{19. &}quot;Os responsáveis pelo câmbio [moneychangers] não criaram um território monetário de coerência e estabilidade em si; eles penetraram nas fendas dos territórios monetários criados por outros." Ver Boyer-Xambeu, Deleplace e Gillard (1994. p. 124).

^{20. &}quot;Nas três áreas culturais, moedas reconhecidas eram condição *sine qua non* de comércio internacional, [e] os Estados das três regiões tiveram um papel importante em cunhar, imprimir e/ou garantir tais moedas (...). A moeda tinha valor porque era apoiada — e depois controlada — pelo Estado." Ver Abu-Lughod (1993, p. 15).

^{21. &}quot;Os comerciantes venezianos e genoveses, até a segunda metade do século XIII, empregaram moedas de ouro de Constantinopla e do Egito em vez de desenvolver a sua, o que indica seu *status* semiperiférico no comércio mundial." Ver Abu-Luqhod (1993, p. 67).

1.5

Por esses caminhos, foi se consolidando na Europa uma aliança cada vez mais estreita e multiforme entre o poder e o capital; esta era a grande diferença europeia com relação aos impérios asiáticos, em que a relação dos poderes soberanos com as atividades mercantil e financeira foi muito mais frouxa – uma relação de "neutralidade indiferente", nas palavras de Habib (1990, p. 371) – graças a sua grande capacidade de tributação do uso da terra,²² uma das possíveis razões da interrupção do expansionismo chinês, no início do século XV (MOTE; TWITCHETT, 1988). Os soberanos europeus dispunham de menos terra, com menor produtividade, e viviam comprimidos em um espaço de alta competitividade, ²³ não conseguindo financiar suas guerras e conquistas apenas com os tributos. Por sua vez, os "comerciantes-banqueiros" europeus cedo descobriram que o financiamento dos soberanos, e de suas conquistas, podia multiplicar seu dinheiro, lhes assegurando ganhos financeiros e "lucros extraordinários" por meio do financiamento das guerras, do manejo financeiro das dívidas e dos créditos dos soberanos, do câmbio das moedas e da conquista favorecida de posições monopólicas, em todos os campos da atividade econômica.²⁴

1.6

A guerra, a moeda e o comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do "longo século XIII", foi a forma que a "necessidade da conquista" se induziu, e depois se associou, à "necessidade do lucro". Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista²⁵ europeu é indissociável do poder político. Radicalizando nosso argumento: a origem histórica do capital não "começa

^{22. &}quot;Era um Estado que tinha de fato um papel menor. Havia razões para isso. Principalmente porque as necessidades de renda do império, vasto como era, podiam ser obtidas pelas grandes quantidades de renda da terra coletadas por uma rede de oficiais do governo bem articulada e eficiente." Ver Pearson (1991, p. 52).

^{23. &}quot;Ao contrário dos impérios otomano e chinês, ao contrário do domínio que os mongóis dentro em pouco estabeleceriam na Índia, não houve nunca uma Europa unida, na qual todas as partes reconhecessem um líder secular ou religioso. Em lugar disso, a Europa era uma mistura de pequenos reinos e principados, senhorias fronteiriças e cidades-Estados (...) e todos consideravam os outros como rivais, não como aliados na luta contra o Islã." Ver Keneddy (1989, p. 14).

^{24. &}quot;Assim, os monarcas e os burgueses se associaram para provocar o lento crescimento dos governos centralizados, e destes últimos, por sua vez, provieram não só a unificação das leis e das moedas, mas também um estímulo direto ao desenvolvimento do comércio e da indústria (...). O crescimento do poder nacional também implicava novo incentivos: a construção de naves, o equipamento de armadas e o pagamento dessas novas forças nacionais, em sua maioria mercenários. Tudo isso fez que se movimentassem mais rapidamente os centros de circulação monetária." Ver Heilbroner (1979, p. 72).

^{25.} Segundo Braudel (1996a), a palavra "capital" começou a ser utilizada nos séculos XII e XIII, "com o sentido de fundos, estoque de mercadorias, de massa monetária ou de dinheiro que rende juros". Ver Braudel (1996a, p. 201). Nós utilizamos aqui a palavra "capital" para referirmo-nos ao dinheiro que se multiplica, segundo a fórmula D-D', por meio dos empréstimos a juros feitos aos soberanos ou de outras formas de uso do poder e, nesse caso, portanto, sem a intermediação imediata da mercadoria. E utilizamos a palavra "capitalismo" para referirmo-nos ao "momento" da história europeia medieval em que a busca do lucro se torna um objetivo permanente ou uma "compulsão" quase mecânica, muito anterior, portanto, à formação do "regime de produção capitalista". Quando o próprio lucro comercial "não é obtido pela exportação dos produtos do próprio país, mas servindo de veículo para a mudança dos produtos de comunidades pouco desenvolvidas comercialmente e em outros aspectos econômicos, por meio da exploração de ambos os países de produção." Ver Marx (1995, p. 318, v. 1).

pelo mercado mundial", nem pelo "jogo das trocas". Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como consequência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem que começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente, partindo das primeiras formas de definição do trabalho excedente e de sua transformação em dinheiro e capital, a partir do poder dos soberanos.²⁶

2 SISTEMA INTERESTATAL CAPITALISTA

Depois do estudo das origens do poder político, da economia de mercado e das primeiras formas de acumulação capitalista, na Europa, a partir do século XII, nossa pesquisa nos trouxe de volta ao "longo século XVI". A verdadeira data de nascimento dos Estados e das economias nacionais e do "moderno sistema mundial", criado e comandado pelos europeus até a primeira metade do século XX, quando sua liderança passa para as mãos dos Estados Unidos e a descolonização da África e da Ásia multiplica o número dos seus "sócios" com a criação de cerca de 130 novos Estados independentes. Marx (1995) foi o primeiro a falar da internacionalização inevitável do "regime de produção burguês". Mas, depois dele, é possível distinguir três grandes escolas de pensamento, no âmbito da economia política internacional, que discutem a internacionalização do poder e do capital e o funcionamento do "sistema mundial", a partir do século XVII: i) a teoria do imperialismo, de John Hobson, Rudolf Hilferding, Nicolai Bukharin e Vladimir Lênin; ii) a teoria da "hegemonia mundial", de Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Robert Cox; e iii) a teoria do world-system, de André Gunder Frank, Wallerstein e Arrighi, que assimila o conceito de "centro de gravidade mundial" de Braudel. Nossa leitura da história desse "sistema mundial moderno" nos levou a algumas conclusões diferentes desses autores.

2.1

Como já vimos, os conceitos de poder, território e guerra não ocupam um lugar relevante na teoria do capital e do modo de produção capitalista de Marx. Por isso, em sentido estrito, Marx (1995) não tem uma teoria do "sistema mundial capitalista". Quem formulou essa teoria, no campo marxista, foram Bukharin (1984) e Lênin (1984), que se restringiram ao estudo do imperialismo da segunda metade do século XIX. Por sua vez, a teoria realista da "hegemonia mundial", de Gilpin (1982), por exemplo, considera que a tendência à formação

^{26.} O método lógico "não é na realidade senão o método histórico, despojado apenas da sua forma histórica e das contingências pertubadoras. Ali, em que começa a história, deve começar também a cadeia do pensamento e o desenvolvimento ulterior desta não será mais do que a imagem reflexa, em forma abstrata e teoricamente corrigida da trajetória histórica; uma imagem reflexa corrigida, mas corrigida de acordo com as leis que fornece a própria trajetória histórica". Friedrich Engels, em *A contribuição à crítica da economia política de Karl Marx*. Ver Marx e Engels, *Obras escolhidas* (1979, p. 310).

de um império mundial é uma característica pré-moderna, que desaparece com o surgimento dos Estados nacionais, contra todas as evidências oferecidas pela história moderna. Braudel (1987a, capítulo 1/4), por sua vez, estuda a formação da primeira "economia-mundo europeia" e considera que a formação dos "mercados nacionais" foi uma revolução política e uma obra estatal, mas não extrai as consequências internacionais da sua tese. E, finalmente, Wallerstein (2004) e Arrighi (1994) consideram que o "sistema mundial moderno" antecede a formação dos Estados nacionais e constitui única unidade econômica, em que as lutas interestatais flutuam um pouco sem precisão teórica.²⁷

Para nós, entretanto, o verdadeiro ponto de partida do "sistema mundial moderno" são os "Estados-economias nacionais" que foram "inventados" pelos europeus e se transformaram em "máquinas de acumulação de poder e riqueza", dotadas de uma "compulsão expansiva" maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o "longo século XIII." 28 Na verdade, esses Estados foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI. Mas, depois disso, a "pressão competitiva", a "conquista" e a "acumulação do poder" seguiram sendo uma "necessidade imperativa" desse novo sistema, como já havia ocorrido no mundo dos domínios e das cidades medievais (LEVY, 1983; BLACK, 1998). Diminuiu o número de unidades soberanas e competitivas e aumentou seu equilíbrio de força, mas a guerra²⁹ seguiu sendo a forma mais importante de conservação e acumulação do poder (HOLMES, 2001; CODFELTER, 2002). Ou seja, seguiu valendo, entre os Estados nacionais, a velha regra medieval, definida por Elias (1994): "quem não sobe, cai". Com a diferença que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram Estados e economias, articulados em um mesmo bloco nacional e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas com relação aos demais

^{27. &}quot;O sistema mundial moderno tem sua origem no século XVI (...). É e sempre foi uma 'economia-mundo'. É e sempre foi uma economia-mundo capitalista (...). Capitalistas precisam de um amplo mercado, mas também de uma multiplicidade de Estados para que possam obter as vantagens de trabalhar com Estados e, também, cercar Estados hostis a seus interesses em favor de Estados amigáveis." Ver Wallerstein (2004, p. 23).

^{28. &}quot;Como no passado, uma vez mais, foi a necessidade de financiamento das guerras inglesas que esteve na origem dessas mudanças. Mas, dessa vez, o encontro do poder com os bancos produziu um fenômeno absolutamente novo e revolucionário: os 'Estados-economias nacionais'. Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, em velocidade e escala que permitem falar em um novo universo em expansão, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores. Somado à nacionalização dos bancos, das finanças e do crédito, criou-se um sistema tributário estatal e se nacionalizaram o exército e a marinha, que passam para o controle direto da estrutura administrativa do Estado. E, o que é mais difícil de definir e de medir, consolidou-se um novo conceito e uma nova identidade, no mundo da guerra, dos negócios e da cidadania: o conceito de 'interesse nacional'." Ver Fiori (2004, p. 34).

^{29. &}quot;Desde 1900, se contarmos cuidadosamente, o mundo assistiu a 237 novas guerras — civis e internacionais —, que mataram pelo menos mil pessoas por ano (...). O sangrento século XIX contou com apenas 205 guerras e 8 milhões de mortos. De 1480 a 1800, a cada dois ou três anos, iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo; de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos, a cada 14 meses. A era nuclear não diminuiu a tendência dos séculos antigos a guerras mais frequentes e mais mortiferas (...). Os números são apenas aproximados, mas determinam o intenso envolvimento na guerra, século após século, dos Estados europeus (...). Durante todo o milênio, a guerra foi a atividade dominante dos Estados europeus." Ver Tilly (1996, p. 123/131).

"Estados-economias nacionais" do sistema. O objetivo da conquista não era mais, necessariamente, a destruição ou a ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas sua submissão econômica. Mas a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiram sendo a mola propulsora do novo sistema. E foi no âmbito dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o "regime de produção capitalista", o qual se internacionalizou de mãos dadas com os seus "Estados-impérios" globais.³⁰

A partir dos séculos XVI e XVII, as unidades políticas ganhadoras nas guerras e nas conquistas do período anterior centralizaram e monopolizaram definitivamente o poder de tributação sobre territórios e populações muito mais extensas e aperfeiçoaram seu poder de emissão de moedas nacionais, criando um sistema organizado de crédito e bancos sustentados nos títulos da dívida pública dos Estados (DICKSON, 1971). Com isso, nacionalizaram-se definitivamente as moedas e os bancos, aliados aos exércitos e às burocracias públicas, e todos passaram a ter uma mesma identidade nacional, revolucionando o "imaginário dinástico" dos europeus.31 No novo sistema, a produção e a riqueza interna de cada país passaram a ser uma condição indispensável de seu poder internacional (HERCKSHER, 1955). E não existe, no âmbito do sistema mundial, uma "riqueza" ou uma "moeda" que sejam "mundiais" 32 em sentido estrito. O que existe são sempre economias e moedas nacionais, que lutam entre si para aumentar a riqueza nacional, por meio da conquista de territórios econômicos supranacionais cada vez mais extensos, nos quais se imponha a moeda do vencedor e seus capitais possam ocupar posições monopólicas e obter "lucros extraordinários". Depois do século XVI, foram sempre

^{30. &}quot;Os primeiros europeus se transformaram, quase imediatamente ao nascer, em cabeças de novos impérios, dentro e fora da Europa. Portanto, se pode falar de um paradoxo na origem do sistema estatal: seus "pais fundadores", os primeiros Estados que nasceram e se expandiram imediatamente para fora de seus próprios territórios, eram seres híbridos, uma espécie de 'minotauro', meio Estado, meio império. Enquanto lutavam para impor seu poder e sua soberania interna, já estavam se expandindo para fora dos seus territórios e construindo seus domínios coloniais." Ver Fiori (2004, p. 38).

^{31. &}quot;Esses nacionalismos que despontam em forma válida, em oposição àqueles que permanecem em expressão defasada e romântica de antiquários, são os que adquirem suficientemente poder para se sustentarem. Se a acumulação de poder pareceu o objetivo primeiro dos Estados europeus nos tempos modernos, também foi dito que nenhum governante ou Estado antes de Napoleão pretendeu justificar agressões e conquistas em visões de superioridade nacional e cultural ou destino (...). Se os próprios Habsburgos pertenciam a uma tradição dinástica e supranacional de imperialismo, os espanhóis que suportaram o fardo da defesa imperial no início do século XVII não viam as coisas do mesmo modo. O sentido de destino dos castelhanos para conquistar e controlar gerou ressentimento nos outros povos ibéricos." Ver Cooper (1970, p. 4).

^{32.} Marx, por exemplo, refere-se várias vezes ao "mercado mundial" e ao "dinheiro mundial", no primeiro volume de *O Capital*, definindo-os como o verdadeiro lugar e a verdadeira forma de realização da "riqueza absoluta": "Nos diversos uniformes nacionais que vestem o ouro e a prata cunhados em moedas e daqueles que se despojam no mercado mundial, revela-se o divórcio entre as órbitas interiores ou nacionais da circulação de mercadorias e a órbita genérica do mercado mundial (...). É no mercado mundial em que o dinheiro funciona em toda a sua plenitude com a mercadoria cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato (...). O dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral (*universal wealth*) (...). O ouro e a prata (...) se apresentam como materialização social absoluta da riqueza." Ver Marx (1995, p. 100-101).

os "Estados-economias nacionais" que lideraram a expansão capitalista e os Estados expansivos ganhadores que realizaram o mesmo com a acumulação de capital, em escala mundial. E a "moeda internacional" sempre foi a moeda do "Estado-economia nacional" mais poderoso, em determinada região e durante determinado tempo.³³

2.2

A expansão competitiva dos "Estados-economias nacionais" europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o "capital internacional" eliminaram os Estados e as economias nacionais. 34 Nesse paradoxo, esconde-se a contradição político-econômica mais importante do "sistema mundial moderno". Os Estados que se expandem e conquistam ou submetem novos territórios realizam isso também em seu "território monetário" e internacionalizam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais e sua riqueza se expressam em suas moedas nacionais e só podem se internacionalizar mantendo seu vínculo com alguma moeda nacional, a sua ou a de um Estado nacional mais poderoso. Por isso, pode-se dizer que a "globalização econômica" é um traço originário e constitutivo do sistema capitalista, mas não é uma obra do "capital em geral", nem representa o fim das economias nacionais. Muito pelo contrário, é o resultado da expansão vitoriosa dos "Estados-economias nacionais", que conseguiram impor seu poder de comando sobre um território econômico supranacional cada vez mais amplo, com sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e várias formas indiretas de tributação seletiva destinadas a cobrir parte dos custos de gestão do próprio poder global.³⁵

Essa contradição do sistema impediu o nascimento de único poder global ou império mundial, mas não impediu a oligopolização do poder e da riqueza internacional nas mãos de um pequeno núcleo de grandes potências, que nunca teve mais do que seis ou sete membros europeus, até o momento da entrada dos Estados Unidos e do Japão no "círculo governante" do mundo, no início do século XX. Às vezes, predominou o conflito; às vezes, a complementaridade entre os Estados desse "núcleo dominante"; e sempre existiu um Estado mais

^{33. &}quot;Apesar de uma moeda internacional poder ser usada como forma de pagamento em todos os países, há um país em que pôde ser usada primeiro, pelo simples motivo de ser quem a criou por um ato de soberania e a pôs em circulação; foi esse país que lhe deu sua nacionalidade." Ver Boyer-Xambeu, Deleplace e Gillard (1994, p. 138).

^{34. &}quot;O desenvolvimento do capitalismo mundial traz como resultado, de um lado, a internacionalização da vida econômica e o nivelamento econômico; e, de outro, em medida infinitamente maior, o agravamento extremo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas, à formação de grupos nacionais estreitamente ligados entre si, armados até os dentes e prontos, a qualquer momento, a lançarem-se uns sobre os outros." Ver Bukharin (1984, p. 66).

^{35. &}quot;Por isso, a capacidade de endividamento e o crédito internacional dos Estados vitoriosos corre sempre na frente da capacidade e dos créditos dos demais Estados concorrentes. No caso dos vitoriosos, sua 'dívida pública' pode crescer por cima do produto criado em seu território nacional, ao contrário das demais economias, até mesmo das grandes potências que ficam prisioneiras de uma capacidade de endividamento menor, restrita a sua zona mais limitada de influência monetária e financeira." Ver Fiori (2004, p. 46).

poderoso que liderou o "equilíbrio bélico". Muitos autores falam em "hegemonia" para se referirem à função estabilizadora desse líder no núcleo central do sistema. Mas esses autores, em geral, não percebem que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais Estados, nem muito menos o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Por isso, toda situação hegemônica é transitória e, mais do que isso, autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba se desfazendo das regras e das instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus "liderados".

Sendo assim, do nosso ponto de vista, o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou *hegemon*, é a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências. Basta ler a história do "sistema mundial moderno" (COOPER, 1970; GLETE, 2002) para ver que sempre existiu um conflito central, uma guerra em potencial, que atuou como eixo ordenador de todo o sistema. Uma espécie de ponto de referência para o cálculo estratégico de todos os demais Estados e que atua, ao mesmo tempo, como um freio ao arbítrio unilateral dos mais poderosos. Como ocorreu, por exemplo, com a disputa entre o Império Habsburgo e a França no século XVI; ou com a disputa entre a França e a Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX; ou, mais recentemente, com a disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial.

2.3

Até o fim do século XVIII, o "sistema mundial moderno" se restringia aos Estados europeus e a todos os demais territórios incluídos em seu espaço de dominação colonial ou imperialista (ABERNETHY, 2000). Esse sistema só se expandiu e mudou sua organização interna depois da Independência Norte-Americana e da multiplicação dos Estados nacionais fora da Europa. Os Estados latino-americanos, criados no século XIX, entretanto, não dispunham, no momento de suas independências, de centros de poder eficientes, nem contavam com "economias nacionais" integradas e coerentes. Além disso, não constituíram um subsistema estatal e econômico regional que fosse competitivo, nem formaram blocos de poder e capital nacional com características expansivas, pelo menos até o fim do século XX. Esse cenário nacional e regional se repetiu depois de 1945, com os novos Estados criados na África, na Ásia Central e no Oriente Médio: na maioria dos casos, não possuíam estruturas centralizadas e eficientes de poder, capazes de manter a ordem interna e de ter uma estrutura fiscal eficiente, nem dispunham de economias expansivas. Só no sul e no sudeste da Asia é que se pode falar da existência de um sistema de Estados e de economias nacionais fortemente integradas e competitivas, segundo o modelo original europeu.

Apesar da enorme heterogeneidade desses novos membros do "sistema mundial moderno", é possível fazer algumas generalizações a respeito de seus desenvolvimentos recentes e futuros. Existem países ricos que não são, nem nunca serão, potências expansivas, nem farão parte do jogo competitivo das grandes potências. E há alguns Estados militarizados, na periferia do sistema mundial, que nunca chegarão a ser potências econômicas. Mas não há possibilidade de que algum desses Estados nacionais se transforme em uma nova potência sem dispor de uma economia dinâmica e de um projeto político-econômico expansivo. E fica cada vez mais difícil que algum capital individual ou bloco de capitais nacionais, públicos ou privados, se expanda para fora de suas fronteiras nacionais sem contar com o apoio ativo dos seus Estados, o que só ocorrerá quando esses Estados também tiverem projetos "extraterritoriais".36 Fora da Europa, só os Estados Unidos, o Japão e agora a China, e talvez a Índia, conseguiram tornar-se potências regionais, e só os Estados Unidos conseguiram ter uma projeção global.³⁷ A maioria dos outros Estados nacionais segue às voltas, até hoje, com o problema de seu escasso desenvolvimento econômico e as consequências de haver se independentizado sem deixar de ser parte constitutiva de "territórios econômicos supranacionais" que funcionam sob a égide das moedas e dos capitais das potências conquistadoras.

2.4

Nesse sistema mundial formado pelos "Estados-economias nacionais", as "economias líderes" são transnacionais e imperiais, por definição, e sua expansão gera uma espécie de rastro, que se alarga a partir da sua economia nacional. Cada "Estado-economia imperial" produz seu rastro e, neste, as demais economias nacionais se hierarquizam em três grandes grupos, segundo suas estratégias político-econômicas. Em um primeiro grupo, estão as economias nacionais que se desenvolvem sob o efeito protetor imediato do líder. Vários autores já falaram de desenvolvimento a convite ou associado

^{36. &}quot;Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência de que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda parte. Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal do seu país domina completamente a nova região, pois então é excluída a exportação de capital de outros países, o referido capital goza de uma posição privilegiada e seus lucros contam ainda com a eventual garantia do Estado." Ver Hilferding (1985, p. 302).

^{37. &}quot;A história dos Estados Unidos não constitui uma exceção em relação ao 'modelo' dos Estados e das economias nacionais europeias. Pelo contrário, eles são um produto e uma parte essencial do processo de expansão do próprio modelo, diferente do que pensam muitos historiadores e cientistas sociais, inclusive marxistas. O nascimento dos Estados Unidos é inseparável da competição e das guerras entre as grandes potências europeias, da mesma forma que seu desenvolvimento capitalista não foi uma obra exclusiva das suas grandes corporações privadas. Seria impensável sem a intervenção decisiva do Estado e das guerras americanas e o apoio inicial e permanente do capital financeiro inglês." Ver Fiori (2004, p. 67).

^{38. &}quot;Dessa forma, tanto a ampliação ou a mudança na hierarquia dos países do centro quanto o crescimento acelerado e até mesmo a diminuição significativa do atraso relativo dos países da periferia são processos que pouco ou nada têm de automáticos ou naturais e dependem, fundamentalmente, de estratégias internas de desenvolvimento dos Estados nacionais. Por outro lado, precisamente pelas assimetrias mencionadas anteriormente, o resultado final de tais projetos está fortemente associado, em cada período histórico, às suas condições externas." Ver Medeiros e Serrano (1999, p. 120).

à potência dominante para se referirem ao crescimento econômico de países que têm acesso privilegiado aos mercados e aos capitais desta potência. Como aconteceu com os antigos domínios ingleses do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, depois de 1931, e também com a Alemanha, o Japão e a Coreia, depois da Segunda Guerra Mundial, quando foram transformados em protetorados militares com ligações preferenciais com a economia norte-americana. Em um segundo grupo, se situam os países que adotam estratégias de catch up para alcançar as "economias líderes". Por razões ofensivas ou defensivas, aproveitam os períodos de mudança internacional para mudar sua posição hierárquica e aumentar sua participação na riqueza mundial, por meio de políticas agressivas de crescimento econômico. Nesses casos, em geral, o fortalecimento econômico antecede o fortalecimento militar e o aumento do poder internacional do país. São projetos que podem ser bloqueados, como já aconteceu muitas vezes, mas também ter sucesso e dar nascimento a um novo "Estado-economia líder". Como aconteceu exatamente com os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, na segunda metade do século XIX e no começo do século XX, e está em vias de acontecer com a China, a Índia e a Rússia, neste início do século XXI. Por fim, em um terceiro grupo muito mais amplo, se localizam quase todas as demais economias nacionais do sistema mundial, que atuam como "periferia econômica do sistema", fornecendo insumos primários e industriais especializados para as economias dos "andares superiores". São economias nacionais que podem ter fortes ciclos de crescimento e alcançar altos níveis de renda per capita, como no caso dos países nórdicos e da Argentina. E podem se industrializar, como no caso do Brasil e do México, e seguir sendo economias periféricas.³⁹ Resumindo: a desigualdade no desenvolvimento da distribuição da riqueza entre as nações é uma dimensão econômica essencial do "moderno sistema mundial". Mas existe a possibilidade seletiva de mobilidade nacional nesse sistema, dependendo da estratégia política e econômica de cada país.

2.5

Por razões diferentes, nos períodos de grande bonança econômica internacional, assim como nos de intensificação da competição e das lutas entre as grandes potências do sistema mundial, tendem a se ampliar os espaços e as oportunidades para os Estados situados na periferia do sistema. O aproveitamento político e econômico dessas oportunidades, entretanto, tem dependido, em todos os casos, da existência no âmbito desses Estados e dessas economias nacionais de classes, coalizões de poder, burocracias e lideranças com capacidade de sustentar, por um período prolongado de tempo, uma mesma estratégia agressiva de proteção de seus interesses nacionais e

^{39. &}quot;Em um polo, afirmavam-se as 'áreas de planície' de países como Argentina, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, verdadeiras extensões da agricultura europeia plenamente integradas às finanças e ao comércio internacional. Esses países puderam crescer a taxas elevadas, induzidas pelo grande dinamismo nas exportações. Em um outro plano, afirmava-se um diversificado conjunto de países periféricos — na Europa, na América Latina e na Ásia —, cuja dinâmica exportadora e cujo tipo de integração financeira eram incapazes de impulsionar suas economias a taxas elevadas de crescimento." Ver Fiori (2004, p. 127).

de expansão de seu poder internacional. Nessa direção, é possível identificar uma grande mobilização social e política da energia interna do país — na forma de revoluções ou guerras — em todos os Estados nacionais que se transformaram em potências ao se projetarem para fora de si e construir o "sistema mundial moderno". Como nos casos mais antigos, da Revolução de Avis, em Portugal, e da Reconquista, na Espanha, e nos casos clássicos da Guerra Civil Inglesa e das Revoluções Francesa, Russa e Chinesa, mas também da Guerra Civil Norte-Americana, da Revolução Meiji, no Japão, e das Guerras Prussianas de unificação da Alemanha na década de 1860. Assim como com a grande "revolução pacífica", liderada por Ghandi, na Índia, na primeira metade do século XX.

3 TENDÊNCIAS E HORIZONTES

Por fim, todas as teorias sobre a formação e as transformações do sistema mundial incluem alguma previsão sobre o futuro. E, às vezes, combinam essas previsões internacionais com análises estratégicas, dirigidas a governos, partidos ou movimentos sociais. Nesse campo, a teoria do modo de produção capitalista, da luta de classes e da revolução, de Marx (BOTTOMORE, 1973, parte 3-4, capítulo 5), se tornou o modelo clássico de referência para todos que querem combinar em uma mesma teoria sua visão internacional e sua proposta de revolução social, como no caso de Bukharin (1984) e Lênin (1984) e sua teoria do imperialismo, ou de Wallerstein (1995, parte 4) e Arrighi (2001) e sua teoria do world-system. Diferente da teoria realista da "hegemonia mundial", que só se preocupa com as crises e as mudanças hegemônicas, como no caso de Kindleberger (1996), com o olho posto nas políticas de Estado, e na "dança das cadeiras" entre as grandes potências.

3.1

De nosso ponto de vista, entretanto, ainda não existe uma teoria unificada do conflito internacional e das lutas nacionais. E não existe, no sistema mundial, nenhum "ator" ou "sujeito histórico" unitário, com o "destino manifesto" de salvar ou melhorar a humanidade:⁴⁰

No mundo das grandes potências e dos demais Estados e economias nacionais, não existem bons e maus, nem melhores ou piores, em termos absolutos. O que existe são Estados que, em determinados momentos da história, assumem posições mais ou menos favoráveis à paz e à "justiça internacional". Mas, até mesmo nesses casos, há de se distinguir a retórica da ação concreta, porque todas as grandes potências já

^{40. &}quot;De novo, algumas nações pretenderam ter sido especialmente escolhidas por Deus; essa ideia foi propagada na Inglaterra pelo *Book of Martyrs*, de Foxe, e culminou nos projetos teológicos e históricos de Milton. Os escoceses tiveram uma tradição mais antiga que os *concemanters* invocaram. Os suecos se viram como herdeiros dos godos, descendentes de Jafet, a mais antiga nação do mundo, conquistadores do mundo e professores dos gregos antigos. Esses mitos foram sistematizados por Johannes Magnus, com inspiração posterior de Paracelso e Tycho Brahe do Leão do Norte, como precursores da segunda vinda e da paz universal." Ver Cooper (1970, p. 4).

foram colonialistas e anticolonialistas, pacifistas e belicistas, liberais e mercantilistas, e quase todas elas, além disso, já mudaram de posição várias vezes ao longo da história (FIORI, 2004, p. 57).

Nada disso, entretanto, desautoriza a necessidade e a possibilidade de revoluções nacionais e de uma luta permanente dos Estados mais fracos, dos partidos políticos e dos movimentos sociais por justiça, paz e democratização das decisões globais. Mas esses movimentos não podem desconhecer o mundo real; pelo contrário, devem atuar a partir de seu conhecimento objetivo e de sua crítica rigorosa.

3.2

Nessa direção, é possível deduzir algumas conclusões lógicas a "propósito do futuro", a partir das premissas teóricas da introdução deste capítulo:

- Por definição, todos os países são insatisfeitos e se propõem a aumentar seu poder e sua riqueza. Nesse sentido, mesmo que de forma atenuada, todos são expansivos, até mesmo quando não se propõem mais a conquistar novos territórios.
- 2. Não está à vista o fim dos Estados e das economias nacionais, até mesmo com o avanço do poder global e da internacionalização do capital.
- No "universo em expansão" dos "Estados-economias nacionais", não há
 possibilidade lógica de uma "paz perpétua", nem tampouco de mercados equilibrados e estáveis.
- 4. Não há possibilidade de as grandes potências passarem a praticar, de forma permanente, uma política só voltada para a preservação do *status quo*, isto é, serão sempre expansionistas, até mesmo quando já estiverem no topo da hierarquia de poder e riqueza do sistema mundial.
- 5. Não existe a menor possibilidade de a liderança da expansão econômica do capitalismo sair alguma vez das mãos dos "Estados-economias nacionais" expansivos e conquistadores e de seus "grandes predadores", que atropelam as regras e as instituições do mercado para obterem seus "lucros extraordinários" e conquistar suas posições monopólicas.
- 6. Finalmente, no "sistema mundial moderno", o aparecimento e a ascensão veloz de uma nova "potência emergente" serão sempre um fator de desestabilização do núcleo central do sistema. Mas o maior desestabilizador de qualquer situação hegemônica e do próprio sistema será sempre o "núcleo central" das grandes potências e, em particular, de seu líder ou hegemon, porque ele não pode parar de se expandir para manter sua posição relativa na luta permanente pelo poder global.

3.3

No início do século XXI, o "sistema mundial moderno" está sofrendo cinco grandes transformações estruturais e de longo prazo. A primeira é a multiplicação exponencial do número dos Estados nacionais independentes, que eram cerca de 60, em 1945, e agora são quase 200. Isso em momento em que não existem mais os "freios" do sistema colonial, nem tampouco a bipolaridade da Guerra Fria que, de alguma forma, "manteve a ordem" nessa massa enorme de unidades políticas territoriais independentes até 1991. A segunda é o centro dinâmico da acumulação capitalista mundial,⁴¹ que, nas últimas décadas, deslocou-se para a Ásia, dando origem a um novo eixo articulador da economia mundial, sino-americano. A terceira é, ainda na condição de periferia exportadora, a China, que já atua hoje como um centro articulador e "periferizador" do resto da economia mundial, graças ao dinamismo e às dimensões do seu mercado interno. A quarta é o novo sistema monetário internacional ("dólar-flexível") (SERRANO, 2002), que se consolidou e se universalizou depois do fim da Guerra Fria, com a expansão vitoriosa do poder norte-americano e da globalização da sua moeda e do seu capital financeiro, e desvelou uma verdade encoberta pelos sucessivos padrões de referência metálica das moedas dominantes anteriores: o sistema "dólar-flexível" não tem outro padrão de referência que não seja o poder global de seu Estado emissor, somado à "credibilidade" dos seus títulos da dívida pública. Como as moedas são também um instrumento de poder na luta entre as nações, pela supremacia regional e internacional, deve-se prever, daqui para frente, um aumento geométrico da "sensibilidade" do dólar e de todo o sistema monetário e financeiro internacional, se aumentarem os conflitos geopolíticos entre as potências que lideram o crescimento da economia mundial. A quinta é que está cada vez mais claro que o centro nevrálgico da nova competição geopolítica mundial envolverá pelo menos duas potências (Estados Unidos e China) que são cada vez mais complementares do ponto de vista econômico e financeiro e hoje já são indispensáveis para o funcionamento expansivo da economia mundial. Além disso, o novo eixo da geopolítica mundial deve envolver cada vez mais três Estados "continentais (Estados Unidos, Rússia e China), que detêm, em conjunto, cerca de um quarto da superfície territorial do mundo e mais de um terço da população global.

^{41.} Ver Medeiros (2004).

3.4

Nesse momento, existem várias hipóteses sobre o fim do "sistema mundial moderno", ⁴² mas o mais provável é que, antes desse apocalipse, o sistema mundial ainda viva pelo menos mais uma rodada de ajustes, conquistas e guerras, como na velha geopolítica inaugurada pela Paz de Westphalia. ⁴³ Parece que ainda não soou a hora final do "sistema mundial moderno", apesar de que suas transformações estruturais em curso possam estar criando uma situação de complicada "saturação sistêmica". Do ponto de vista intelectual, portanto, o mais indicado é seguir aprofundando o estudo de sua história e seus movimentos de transformação. Só por esse caminho se poderá avançar no conhecimento e na discussão unificada das mudanças e das revoluções nacionais e internacionais, muito importantes para todos os que pensam o mundo de forma transformadora.

^{42 &}quot;De modo que a terceira bênção, a igualdade, no melhor dos casos, terá garantido aos Estados Unidos entre 25 e 50 anos. Em algum momento, lá na frente, em 2025 ou 2050, chegará a hora do ajuste de contas. E o mundo estará diante do mesmo tipo de escolha que os Estados Unidos se defrontam agora. O sistema internacional marchará para uma reestruturação que será repressiva ou igualitária (...). Claro que estamos falando da extinção do sistema internacional atual e sua substituição por algo totalmente diferente. E é impossível prever o resultado. Estaremos em um ponto de bifurcação e as oscilações aleatórias terão efeitos muito diferentes. O que podemos fazer é apenas sermos lúcidos e ativos, pois nossa atividade estará inserida nessas oscilações e influirá muito no resultado." Ver Wallerstein (1995, p. 209).

^{43. &}quot;Nesta primeira década do século XXI, chama atenção a rapidez com que foi soterrada a Utopia da globalização e do fim das fronteiras nacionais e a velocidade ainda maior pela qual o sistema mundial retornou a sua velha "geopolítica das nações", com o fortalecimento das fronteiras nacionais e da competição econômica mercantilista e o aumento da luta pelas hegemonias regionais." Ver Fiori (2006, p. 13).

REFERÊNCIAS

ABERNETHY, David B. The Dynamics of Global Dominance, European Overseas Empires 1415-1980. New Haven: Yale University Press, 2000.

ABU-LUGHOD, Janet L. **Before European Hegemony**: the World Sistem A.D. 1250-1350. Oxford: Oxford University Press, 1993.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: UNESP, 1994.

_____. Caos e governabilidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

ASPROMOURGOS, Tony. On the Origins of Classical Economics. Distribution and Value from William Petty to Adam Smith. London: Routledge, 1996.

BLACK, Jeremy. The Rise of European Powers. New York: Hodder Arnold, 1998.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Karl Marx**: sociologia e filosofia social. Barcelona: Peninsula, 1973.

BOYER-XAMBEU, Marie-Thérèse; DELEPLACE, Ghislan; GILLARD, Lucien. **Private Money & Public Currencies**. New York: M. E. Sharpe, 1994.

BRAUDEL, Fernand. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1987a.

_____. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987b.

. Os jogos das trocas. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996a.

_____. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

BUKHARIN, Nicolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, (1915) 1984.

CODFELTER, Michael. **Warfare and Armed Conflicts**. London: MacFarland & Company Publishers, 2002.

CONTAMINE, Philippe. War in the Middle Age. London: Blackwell Publishing Limited, 1992.

COOPER, J. P. (Org.). **The New Cambridge Modern History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

DICKSON, Peter G. M. War Finance, 1689-1714. *In:* BROMLEY, John. S. (Org.). The New Cambridge Modern History. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2 v.

EPSTEIN, Steven. **Genoa and the Genoese**, **958-1528**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

FERRO, Marc. História das colonizações. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FIORI, José L. **Formação, expansão e limites do poder global**. *In*: FIORI, José L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **De volta para o futuro**: a nova geopolítica das nações. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2006. Mimeografado.

GILPIN, Robert. **War & Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GLETE, Jan. War and the State in Early Modern Europe. London: Routledge, 2002.

HABIB, Irfan. Merchant communities in precolonial India. *In*: TRACY, James D. (Org.). **The Rise of Merchant Empires**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

HEILBRONER, Robert. **A formação da sociedade econômica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

HERCKSHER, Eli F. La época mercantilista. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBES, Thomas. Leviata. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLMES, Richard (Org.). **The Oxford Companion to Military History**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

INALCIK, Halil. **An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300-1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

INNES, Mitchell. What is Money? The Banking Law Journal, Nova York, 1913.

_____. The Credit Theory of Money. **The Banking Law Journal**, Nova York, 1914.

KENEDDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KINDLEBERGER, Charles. **World Economic Primacy 1500-1990**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

KNAPP, George F. **The State Theory of Money**. London: Simon Publications Inc., (1905) 2003.

LANE, Frederic C. **Venice, a Maritime Republic**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

LE GOFF, Jacques. **Mercaderes y banqueros de la Edad Media**. Madri: Alianza Editorial, 2004.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Lisboa, Moscovo: Editorial Progresso, (1916) 1984.

LEVY, Jack. War in the Modern Great Power System. Lexington: University of Kentucky Press, 1983.

LOPEZ, Robert S. **The Commercial Revolution of the Middle Ages, 950-1350**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Civita, 1983 (Série Os Pensadores).

MARX, Karl. El Capital. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. v.1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MCNEILL, William H. **The Pursuit of Power**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MEDEIROS, Carlos. A economia política da internacionalização sob liderança dos Estados Unidos: Alemanha, Japão e China. *In*: FIORI, José, L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. *In*: FIORI, José, L. (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

METRI, Maurício. **Poder, moeda e riqueza na Europa medieval**. Tese (Doutorado) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2007. Mimeografado.

MOTE, Frederick W.; TWITCHETT, Denis (Org.). **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PEARSON, Michael. Merchant and States. *In*: TRACY, James D. **The Political Economy of the Merchant Empires**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. Lisboa: Mestre Jou, 1982.

PETTY, William. **The Economic Writings of Sir William Petty**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 19, 2002.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

SPUFFORD, Peter. **Money and its Use in Medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Power and Profit : The Merchant in Medieval Europe. New York Thames & Hudson, 2002.
TILLY, Charles. Coerção, capital e Estados europeus . São Paulo: EDUSP, 1996.
WALLERSTEIN, Immanuel. The Modern World System . New York: Academic Press, 1974.
After Liberalism. New York: The New Press, 1995.
. World-Systems Analysis. London: Duke University Press, 2004.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Njobs Comunicação

Coordenação

Cida Taboza Jane Fagundes Fábio Oki

Revisão

Ângela de Oliveira
Cindy Nagel Moura de Souza
Clícia Silveira Rodrigues
Cristiana de Sousa da Silva
Lizandra Deusdará Felipe
Luanna Ferreira da Silva
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar

Editoração

Anderson Reis Daniela Rodrigues Danilo Tavares Marília Assis Patrícia Dantas

Capa

Fábio Oki

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo 70076-900 – Brasília – DF Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

APRESENTAÇÃO

A *Revista Tempo do Mundo* é uma publicação internacional organizada pelo Ipea, órgão que integra a Presidência da República Federativa do Brasil, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

A revista conta com versões em português e inglês e foi idealizada para apresentar e promover os debates contemporâneos, com ênfase na temática do desenvolvimento, em uma perspectiva Sul – Sul. O campo de atuação é o da economia política, com abordagens plurais sobre as dimensões essenciais do desenvolvimento, como questões econômicas, sociais e relativas à sustentabilidade.

A meta é valorizar o debate a fim de formular proposições para a elaboração de políticas públicas e, neste âmbito, privilegiar as comparações internacionais e a interdisciplinaridade, sempre destacando o papel do planejamento. A *Revista Tempo do Mundo* assume a ambição de formular as questões enfrentadas pela civilização contemporânea que, a um só tempo, deseja usufruir de padrões de vida confortáveis e condições de vida dignas, mas precisa respeitar os limites do que o planeta pode suportar em termos de exploração do meio ambiente.

É importante destacar a homenagem conferida a Fernand Braudel, por meio da valorização de sua formulação que trata do "tempo do mundo", o que, em conjunto com as "estruturas do cotidiano" e com os "jogos da troca", define sua originalidade. Braudel sempre buscou tratar das questões que envolvem as dimensões do desenvolvimento em uma perspectiva histórica e de longa duração, enfatizando que o mundo dominado pelo modo de produção com base na acumulação de capital sempre teve de equilibrar a sociedade, o mercado e o Estado. Conforme ensinou o mestre, ali, onde a tarefa foi mais bem-sucedida, houve prosperidade e, onde as dificuldades foram persistentes, os resultados não tiveram o mesmo sucesso.

Essa iniciativa, no Brasil, não é nova e o grande precursor foi Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*. Esta obra seminal foi saudada por Braudel como inovadora sob o prisma metodológico.

Conselho Editorial

INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- A Revista Tempo do Mundo considera para publicação artigos originais redigidos em português, inglês, francês e espanhol.
 Os documentos submetidos são analisados pelos editores da revista, de acordo com a política editorial, sem avaliação externa. Textos que não estejam de acordo com os critérios e as características técnicas exigidos pela publicação não terão sua submissão aceita.
- Após exame prévio dos editores, o trabalho é encaminhado a, pelo menos, dois avaliadores. Nessa etapa, a revista utiliza o sistema blind review, ou seja, os autores não são identificados em nenhuma fase da avaliação. Por isso, antes de submeter o arquivo, exclua o(s) nome(s) do(s) autor(es) do trabalho submetido. A decisão dos avaliadores é registrada em pareceres, que poderão ser enviados aos autores, mantendo-se em sigilo os nomes desses avaliadores.
- 3. Os artigos, sempre inéditos, devem limitar-se ao máximo de 25 páginas (ou 50 mil caracteres com espaçamento incluindo tabelas, figuras, quadros, espaços e notas).
- 4. A formatação deve seguir os seguintes padrões: papel A-4 (29,7 x 21 cm); margens: superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm; em software editor de texto utilizando caracteres Times New Roman tamanho 12 e espaçamento 1,5, justificado. O artigo não deverá exceder 25 laudas, incluindo quadros, tabelas, gráficos, ilustrações, notas e referências. Itálico deverá ser utilizado para dar ênfase a termos, frases ou símbolos e para palavras em língua estrangeira. Aspas dupas deverão ser utilizadas para citações diretas e frases de entrevistados. Aspas simples deverão ser usadas dentro de aspas duplas para isolar material que na fonte original estava incluído entre aspas.
- 5. O arquivo com o texto e as tabelas (versão completa) deve ser enviado em formato PDF, por meio de documento de submissão. Também deve ser enviado um arquivo com o texto e as tabelas (versão completa) em formato Microsoft Word ou editor de texto compatível, por meio de documentos suplementares.
- 6. Tabelas e/ou gráficos devem ser enviados também em Microsoft Excel ou software de planilhas eletrônicas compatível, por meio de documentos suplementares. Os arquivos dos gráficos, das figuras e dos mapas também deverão ser entregues nos formatos originais e separados do texto, sendo apresentados com as legendas e as fontes completas em documentos suplementares. As ilustrações (tabelas, quadros e gráficos) devem ser numeradas e trazer legendas. Não usar cores além de preto e branco. Sempre indicar a fonte das ilustrações. Caso sejam elaboradas pelo autor, escrever: "Elaboração do(a)(s) autor(a)(es)".
- 7. A página inicial deve conter: /) título do trabalho em português e em inglês em caixa alta e negrito; /i) até cinco palavras-chave; /ii) um resumo de cerca de 150 palavras; /i/) classificação JEL; e //) informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação acadêmica, experiência profissional e/ou acadêmica atual, área(s) de interesse em pesquisa, instituição(ões) de vinculação, endereço, e-mail/e telefone. Se o trabalho possuir mais de um autor, ordenar de acordo com a contribuição de cada um ao trabalho.
- 8. Observar o sistema Chicago (autor data), de acordo com os exemplos abaixo:
 - Para periódicos:
 - CERVO, Amado L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 1, p. 5-25, 2003.
 - Para livros:
 - SARAIVA, José F. S. (Ed.). Foreign Policy and Political Regime. Brasília: Ibri, 2003. 364 p.
 - Para documentos eletrônicos:
 - PROCÓPIO, Argemiro. *A hidropolítica e a internacionalização amazônica*, 2007. Disponível em: http://mundorama.net/2007/09/13/a-hidropolítica-e-a-internacionalizacao-amazonica/. Acesso em: 18 set. 2007.
- 9. As referências completas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética
- Cada (co)autor receberá quatro exemplares da revista em que seu artigo for publicado no idioma predileto português ou inglês e um no idioma alternativo.
- 11. As submissões devem ser feitas *on-line* pelo *e-mail* tempodomundo@ipea.gov.br.

Itens de verificação para submissão

- 1. O texto é inédito.
- 2. O texto está de acordo com as normas da revista.

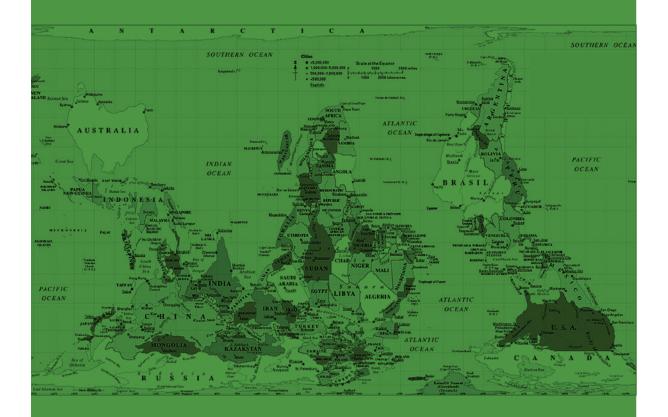
Declaração de direito autoral

A submissão de artigo autoriza sua publicação e implica o compromisso de que este material não esteja sendo submetido a outro periódico. O original é considerado definitivo, sendo que os artigos selecionados passam por revisão ortográfica e gramatical. A revista não paga direitos autorais aos autores dos artigos publicados. O detentor dos direitos autorais da revista é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com sede em Brasília. Para publicação, os autores deverão assinar carta de direitos autorais, cujo modelo será enviado aos autores por *e-mail*, reservando os direitos, inclusive de tradução, ao Ipea.

Política de privacidade

Os nomes e os *e-mails* fornecidos serão usados exclusivamente para os propósitos editoriais da *Revista Tempo do Mundo*, não sendo disponibilizados para outra entidade.

A Revista Tempo do Mundo é uma publicação internacional organizada pelo Ipea, que integra o governo federal brasileiro, tendo sido idealizada para promover debates com ênfase na temática do desenvolvimento em uma perspectiva Sul – Sul. A meta é formular proposições para a elaboração de políticas públicas e efetuar comparações internacionais, focalizando o âmbito da economia política.





Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República